



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Conselheiro Interino Isaias Lopes da Cunha

Telefones: (65) 3613-7653 / 7668 / 2976

e-mail: gab.isaiaslopes@tce.mt.gov.br

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO

CÂMARA MUNICIPAL DE JUARA

PROCESSO N.º:	215414/2017
PRINCIPAL:	CAMARA MUNICIPAL DE JUARA
CNPJ:	03.476.682/0001-00
ASSUNTO:	MONITORAMENTO
Ordenador de Despesas:	JOAO BATISTA RISSOTTI
RELATOR:	LUIZ HENRIQUE MORAES DE LIMA
MUNICÍPIO DO FISCALIZADO:	JUARA
NÚMERO OS:	1490/2018
EQUIPE TÉCNICA:	GISELLE CRISTINA DE ALMEIDA SANTOS AMERICO



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	2
2. ACHADOS DE AUDITORIA.....	2
2.1. PORTAL TRANSPARÊNCIA.....	2
2.2. REGULAMENTAÇÃO LAI.....	2
2.3. OUVIDORIA.....	3
2.4. SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (e-SIC).....	3
2.5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	3
2.6. PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	3
2.7. DUODÉCIMO.....	4
2.8. DESPESA ORÇAMENTÁRIA.....	4
2.9. RESTOS A PAGAR.....	5
2.10. CONTRATAÇÕES PÚBLICAS.....	5
2.11. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	6
2.12. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	6
2.13. GESTÃO DE PESSOAS.....	6
2.14. PATRIMÔNIO.....	7
2.15. FROTA.....	7
2.16. CONTROLE INTERNO.....	7
2.17. FUNÇÃO LEGISLATIVA.....	8
3. CONCLUSÃO.....	8
3.1. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO.....	9
Anexo 1 - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - INFORMAÇÕES GERAIS.....	10
Quadro 1.1 - LAI - Informações Gerais.....	10
Quadro 1.2 - LAI - "Questões não se aplica".....	10
Quadro 1.3 - LAI - Questões Monitoradas.....	17



1. INTRODUÇÃO

Sr (a) Supervisor (a),

Em conformidade com o disposto nos Itens 4.1 a 4.3 da Orientação Normativa nº 1/2017 aprovada pela Resolução Normativa nº 8/2017-TP, apresenta-se Informação Técnica de fiscalização do cumprimento de determinações de Decisões do Tribunal de Contas/MT, que objetiva verificar a efetividade e a tempestividade das providências adotadas pela Câmara Municipal de Juara/MT em face à determinação exarada no Acórdão 442/2016.

A fiscalização teve por objetivo verificar o atendimento das determinações constantes do Acórdão 442/2016, bem como avaliar a conformidade do Portal Transparência do Poder Executivo municipal em relação ao cumprimento dos demais requisitos de transparência ativa definidos pela Lei 12.527/11 (LAI), Lei 101/00 (LRF) e Lei 13.019/14.

A análise foi realizada no Portal Transparência acessado por meio do endereço eletrônico <http://www.juara.mt.leg.br>, no período de 05/03/2018 à 08/03/2018, conforme metodologia aprovada por meio da Orientação Normativa nº 01/2017 do Comitê Técnico de Controle Externo.

2. ACHADOS DE AUDITORIA

2.1. PORTAL TRANSPARÊNCIA

- 1) O Portal Transparência disponibiliza respostas às perguntas mais frequentes apresentadas pela sociedade.
- 2) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 442/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.

2.2. REGULAMENTAÇÃO LAI



1) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 442/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.

2.3. OUVIDORIA

1) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 442/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.

2.4. SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (e-SIC)

1) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 442/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.

2.5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

1) O Portal Transparência disponibiliza informações sobre a estrutura organizacional e a forma de contato com as unidades administrativas e os membros do Poder Legislativo: e-mail, telefones, endereço e horário de atendimento ao público.

2) O Portal Transparência disponibiliza a legislação atualizada sobre a estrutura, competências e atribuições dos órgãos do Poder Legislativo.

3) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 442/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.

2.6. PRESTAÇÃO DE CONTAS

1) O Portal Transparência disponibiliza, por exercício financeiro, todos os anexos do Relatório de Gestão Fiscal, bem como o respectivo comprovante de publicação oficial.

2) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 442/2016 foram contemplados nesse dispositivo de



verificação.

2.7. DUODÉCIMO

1) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 442/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.

2.8. DESPESA ORÇAMENTÁRIA

1) O Portal Transparência não disponibiliza informação em nível sintético e analítico da despesa orçamentária por credor, com a respectiva opção de pesquisa, contendo o valor empenhado, liquidado e pago. DB16.

Dispositivo Normativo:

Lei Complementar nº 101/00, art. 48, § 1º, II, c/c art. 48-A, I, c/c Decreto nº 7.185/10, art. 7º, I.

1.1) Inexistência de relatórios de execução da despesa, de modo a permitir a consulta por mês e exercício, com demonstrativo dos valores empenhados, liquidados, pagos e do total acumulado. - DB16

Após consulta ao site do Portal da Transparência, verificou-se ausência dessas informações.

2) O Portal Transparência não disponibiliza os empenhos realizados contendo o número, a data, o tipo, o credor, a descrição, a unidade orçamentária, a classificação completa da despesa, o valor empenhado, o valor liquidado e o valor pago. DB16.

Dispositivo Normativo:

Lei Complementar nº 101/00, art. 48, § 1º, II, c/c art. 48-A, I, c/c Decreto nº 7.185/10, art. 7º, I.

2.1) Inexistência de relatórios de despesa por credor, de modo a permitir a consulta por CPF/CNPJ, nome ou parte do nome do beneficiário. - DB16

Após consulta ao site Portal da Transparência, verificou-se ausência dessas informações.

3) O Portal Transparência não disponibiliza os empenhos realizados com a descrição do bem fornecido ou do serviço prestado. DB16.

Dispositivo Normativo:

Lei Complementar nº 101/00, art. 48, § 1º, II, c/c art. 48-A, I, c/c Decreto nº 7.185/10, art. 7º, I.



3.1) *Não identificação do bem fornecido ou serviço prestado relativo a cada despesa.* - **DB16**

Após consulta ao site Portal da Transparência, verificou-se ausência dessas informações

4) O Portal Transparência possibilita a gravação das informações sobre despesa pública em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis.

5) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 441/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.

2.9. RESTOS A PAGAR

1) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 442/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.

2.10. CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

1) O Portal Transparência disponibiliza documentação referente à fase interna de licitações, dispensas, inexigibilidades, credenciamentos e adesões a atas de registro de preços, realizadas ou em andamento, contendo, no mínimo, as seguintes informações: termo de referência ou projeto básico, pareceres técnicos e jurídicos, justificativa da contratação, formação do preço de referência, autorização do gestor, íntegra do instrumento convocatório e de seus anexos e comprovante de publicação.

2) O Portal Transparência disponibiliza documentação referente à fase externa de licitações, dispensas, inexigibilidades, credenciamentos e adesões a atas de registro de preços, realizadas ou em andamento, contendo, no mínimo, as seguintes informações: impugnações e recursos, decisões sobre impugnações e recursos, propostas dos licitantes, ata da sessão de habilitação, ata da sessão de julgamento e atos de adjudicação, homologação, revogação ou anulação do certame.

3) O Portal Transparência possibilita a gravação das informações sobre contratações públicas em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis.

4) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 442/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.



2.11. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1) O Portal Transparência disponibiliza relação atualizada e o detalhamento das atas de registro de preços celebradas, contendo, no mínimo, as seguintes informações: licitação de origem, número da ata, data de início, data de encerramento, situação, nome da empresa, objeto, itens, órgão gerenciador e órgãos participantes.

2) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 442/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.

2.12. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

1) O Portal Transparência disponibiliza relação atualizada e detalhamento dos contratos administrativos e respectivos termos aditivos, contendo, no mínimo, as seguintes informações: número, data de início, data de encerramento, nome do contratado, órgão contratante, objeto e valor.

2) O Portal Transparência disponibiliza os documentos referentes aos contratos administrativos, contendo, no mínimo: a íntegra do contrato e de seus anexos, a íntegra dos termos aditivos e apostilamentos efetuados, a justificativa da alteração do contrato, o comprovante de publicação, o ato de designação do fiscal e os relatórios do fiscal do contrato.

3) O Portal Transparência possibilita a gravação das informações sobre contratos administrativos em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis.

4) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 442/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.

2.13. GESTÃO DE PESSOAS

1) O Portal Transparência disponibiliza a legislação atualizada e consolidada sobre os planos de cargos e salários dos servidores públicos, contendo o padrão remuneratório atualizado dos cargos e funções, com tabela de remuneração.



- 2) O Portal Transparência disponibiliza, por mês, a relação das diárias concedidas, detalhando o beneficiário, motivo da concessão, quantidade, valores e datas do pagamento.
- 3) O Portal Transparência disponibiliza os concursos públicos, processos de seleção pública e processos seletivos simplificados, finalizados e em andamento, na íntegra, desde o edital, impugnações, decisões, alterações, provas, resultados das etapas da seleção, atos de nomeação e contratos temporários.
- 4) O Portal Transparência disponibiliza relação atualizada dos servidores cedidos, com indicação do órgão para o qual foi cedido e se a cessão foi com ou sem ônus, bem como do ato administrativo correspondente.
- 5) O Portal Transparência disponibiliza relação atualizada dos servidores recebidos em cessão, com indicação do órgão de origem e se a cessão foi com ou sem ônus e o ato administrativo correspondente.
- 6) O Portal Transparência possibilita a gravação das informações sobre pessoal em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis, de modo a facilitar a análise das informações.
- 7) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 442/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.

2.14. PATRIMÔNIO

- 1) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 442/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.

2.15. FROTA

- 1) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 442/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.

2.16. CONTROLE INTERNO



1) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 442/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.

2.17. FUNÇÃO LEGISLATIVA

1) O Portal Transparência disponibiliza de forma atualizada e consolidada as Leis e os Atos infralegais, como Resoluções e Decretos.

2) O Portal Transparência disponibiliza o calendário, pautas, atas e planilhas de votação das deliberações em sessões plenárias.

3) O Portal Transparência disponibiliza a lista de presença dos Parlamentares nas sessões e reuniões das comissões.

4) O Portal Transparência disponibiliza a composição das comissões e o calendário das reuniões com as respectivas pautas.

5) Informa-se que todos os itens constantes no Acórdão 442/2016 foram contemplados nesse dispositivo de verificação.

3. CONCLUSÃO

De acordo com os fatos e argumentos apresentados, verificou-se que o Presidente da Câmara Municipal de Juara/MT no período de 01/01/2015 a 31/12/2016, Sr. João Cândido de Oliveira e o atual gestor Sr. João Batisti Rissotti:

- descumpriram a determinação contida no Acórdão nº 442/2016–TP (Processo nº 145548/2015).

JOAO CANDIDO DE OLIVEIRA - ASSESSOR FINANCEIRO / Período: 01/01/2015 a 31/12/2016

JOAO BATISTA RISSOTTI - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

1) **DB16 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVE_16**. Não liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios



eletrônicos de acesso público (art. 48, II, 48-A da Lei Complementar nº 101/2000).

1.1) **Monitoramento Decisão do Processo nº 145564/2015** - *Inexistência de relatórios de execução da despesa, de modo a permitir a consulta por mês e exercício, com demonstrativo dos valores empenhados, liquidados, pagos e do total acumulado.* - Tópico - 2.8. **DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

1.2) **Monitoramento Decisão do Processo nº 145548/2015** - *Inexistência de relatórios de despesa por credor, de modo a permitir a consulta por CPF/CNPJ, nome ou parte do nome do beneficiário.* - Tópico - 2.8. **DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

1.3) **Monitoramento Decisão do Processo nº 145548/2015** - *Não identificação do bem fornecido ou serviço prestado relativo a cada despesa.* - Tópico - 2.8. **DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

3.1. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Pelo exposto, sugere-se, com base nos artigos 137 e 140 Regimento Interno do TCE/MT e art. 5º, LV, da Constituição Federal, a citação do responsável para apresentar defesa em face dos fatos apontados no presente relatório de monitoramento, nos termos dos artigos 140 e 256 da Resolução Normativa 14/2007.

Em Cuiabá-MT, 18 de Maio de 2018.

GISELLE CRISTINA DE ALMEIDA SANTOS AMERICO
TECNICO DE CONTROLE PÚBLICO EXTERNO
COORDENADORA DA EQUIPE TÉCNICA



ANEXOS

MONITORAMENTO - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CÂMARA MUNICÍPIO DE JUARA - EXERCÍCIO 2017

Anexo 1 - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - INFORMAÇÕES GERAIS

Quadro 1.1 - LAI - Informações Gerais

PONTUAÇÃO	Nº DE QUESTÕES	Nº DE QUESTÕES (NÃO SE APLICA)	% DE ATENDIMENTO
22,0	100	58	52,3%

Quadro 1.2 - LAI - "Questões não se aplica"

CRITÉRIO	QUESTÃO (NÃO SE APLICA)	JUSTIFICATIVA
Questões Não se Aplica		
PORTAL TRANSPARÊNCIA	1.1. O Poder Legislativo possui Portal Transparência por meio do qual disponibiliza as informações de interesse coletivo ou geral?	Não consta no Acórdão 442/2016
PORTAL TRANSPARÊNCIA	1.2. O Portal Transparência contém ferramentas de pesquisa geral que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente e clara?	Não consta no Acórdão 442/2016
REGULAMENTAÇÃO LAI	2.1. Há instrumento normativo que regulamenta a Lei de Acesso à Informação no âmbito do Poder Legislativo?	Não consta no Acórdão 442/2016
REGULAMENTAÇÃO LAI	2.2. A legislação nacional e local referente à Lei de Acesso à Informação está disponibilizada no Portal Transparência?	Não consta no Acórdão 442/2016
OUIDORIA	3.1. Há serviço de comunicação eletrônica disponível ao cidadão para apresentar dúvidas, reclamações, denúncias e sugestões junto à Ouvidoria do Poder Legislativo?	Não consta no Acórdão 442/2016
OUIDORIA	3.2. O serviço eletrônico para apresentação de dúvidas, reclamações, denúncias e sugestões junto à Ouvidoria gera protocolo e permite o acompanhamento online das demandas?	Não consta no Acórdão 442/2016



CRITÉRIO	QUESTÃO (NÃO SE APLICA)	JUSTIFICATIVA
OUVIDORIA	3.3. O serviço eletrônico de comunicação com a Ouvidoria, ou o respectivo link de acesso, está disponível no Portal Transparência?	Não consta no Acórdão 442/2016
OUVIDORIA	3.4. Há informação disponível no Portal Transparência sobre as formas de contato com a Ouvidoria: nome do ouvidor, site institucional, e-mail, telefones, endereço e horário de atendimento ao público?	Não consta no Acórdão 442/2016
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (e-SIC)	4.1. Há serviço eletrônico de informação ao cidadão (e-SIC) por meio do qual se possa protocolar requerimento de acesso à informação com base na Lei nº 12.527/2011?	Não consta no Acórdão 442/2016
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (e-SIC)	4.2. O serviço eletrônico de informação ao cidadão (e-SIC) gera o protocolo do requerimento e permite o acompanhamento online das demandas?	Não consta no Acórdão 442/2016
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (e-SIC)	4.3. O serviço eletrônico de informação ao cidadão (e-SIC), ou o respectivo link de acesso, está disponível no Portal Transparência?	Não consta no Acórdão 442/2016
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (e-SIC)	4.4. O Portal Transparência disponibiliza as formas de contato com o Serviço de Informação ao Cidadão: nome do responsável, e-mail, telefones, endereço e horário de atendimento ao público?	Não consta no Acórdão 442/2016
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (e-SIC)	4.5. A solicitação de informação por meio do e-SIC é realizada de forma fácil e simples, limitando-se à exigência de identificação do requerente e especificação da informação requerida?	Não consta no Acórdão 442/2016
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (e-SIC)	4.6. O Portal Transparência disponibiliza informações estatísticas sobre os pedidos de acesso à informação, contendo a quantidade de pedidos recebidos, atendidos e indeferidos, em formato editável?	Não consta no Acórdão 442/2016
PRESTAÇÃO DE CONTAS	7.1. O Portal Transparência disponibiliza, por exercício financeiro, o orçamento anual detalhado da Câmara Municipal com as respectivas alterações?	Não consta no Acórdão 442/2016.
PRESTAÇÃO DE CONTAS	7.3. O Portal Transparência disponibiliza, por exercício financeiro, o balanço geral anual da Câmara Municipal?	Não consta no Acórdão 442/2016.
DUODÉCIMO	10.1. O Portal Transparência disponibiliza informação sobre os repasses dos duodécimos, contendo, no mínimo, o valor e a data dos repasses?	Não consta no Acórdão 442/2016.



CRITÉRIO	QUESTÃO (NÃO SE APLICA)	JUSTIFICATIVA
DUODÉCIMO	10.2. O Portal Transparência possibilita a gravação das informações sobre os repasses de duodécimos em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis, de modo a facilitar a análise das informações?	Não consta no Acórdão 442/2016.
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	11.1. O Portal Transparência disponibiliza informação em nível sintético e analítico da despesa orçamentária por unidade orçamentária, função, subfunção, programa, ação, natureza da despesa e fonte de recursos, contendo o orçamento inicial, o orçamento atualizado, o valor empenhado, o valor liquidado e o valor pago?	Não consta no Acórdão 442/2016.
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	11.2. O Portal Transparência disponibiliza opções de filtros para pesquisa da despesa orçamentária, contendo, no mínimo, os seguintes parâmetros: ano, mês, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, ação, natureza da despesa e fonte de recursos?	Não consta no Acórdão 442/2016.
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	11.5. O Portal Transparência disponibiliza as liquidações realizadas vinculadas ao respectivo empenho, contendo o número, a data, a descrição e o valor da liquidação, bem como o valor pago?	Não consta no Acórdão 442/2016.
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	11.6. O Portal Transparência disponibiliza os pagamentos realizados vinculados à respectiva liquidação, contendo o número, a data, a descrição e o valor do pagamento?	Não consta no Acórdão 442/2016.
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	11.7. O Portal Transparência disponibiliza opções de filtros para pesquisa de empenhos, liquidações e pagamentos, contendo, no mínimo, os seguintes parâmetros: por ano, mês, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, ação, natureza da despesa e fonte de recursos?	Não consta no Acórdão 442/2016.
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	11.8. O Portal Transparência disponibiliza os empenhos realizados, com a indicação da licitação, da inexigibilidade ou da dispensa que deu origem à despesa, quando for o caso?	Não consta no Acórdão 442/2016.
RESTOS A PAGAR	12.1. O Portal Transparência disponibiliza informação sobre inscrição de restos a pagar, contendo, no mínimo, as seguintes informações: data da inscrição, natureza dos restos, número do empenho de origem, credor, valor inscrito, valor liquidado, valor pago e saldo a pagar?	Não consta no Acórdão 442/2016.



CRITÉRIO	QUESTÃO (NÃO SE APLICA)	JUSTIFICATIVA
RESTOS A PAGAR	12.2. O Portal Transparência disponibiliza informação sobre liquidação de restos a pagar não processados, contendo, no mínimo, as seguintes informações: os restos a pagar a que se refere, a data da liquidação, o valor da liquidação e o valor pago?	Não consta no Acórdão 442/2016.
RESTOS A PAGAR	12.3. O Portal Transparência disponibiliza informação sobre pagamento de restos a pagar, contendo, no mínimo, as seguintes informações: os restos a pagar a que se refere, a data do pagamento e o valor pago?	Não consta no Acórdão 442/2016.
RESTOS A PAGAR	12.4. O Portal Transparência disponibiliza opções de filtros para pesquisa de restos a pagar, contendo, no mínimo, os seguintes parâmetros: por natureza, ano, unidade orçamentária, credor, número do empenho de origem e classificação da despesa?	Não consta no Acórdão 442/2016.
RESTOS A PAGAR	12.5. O Portal Transparência possibilita a gravação das informações sobre restos a pagar em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis, de modo a facilitar a análise das informações?	Não consta no Acórdão 442/2016.
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	13.1. O Portal Transparência disponibiliza relação atualizada e detalhamento das licitações, dispensas, inexigibilidades, credenciamentos e adesões a atas de registro de preços, realizadas ou em andamento, contendo, no mínimo, as seguintes informações: número do processo, número do edital, modalidade, objeto, lotes e itens, valor estimado, valor homologado, situação, comissão ou pregoeiro, participantes e vencedor?	Não consta no Acórdão 442/2016.
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	13.4. O Portal Transparência disponibiliza opções de filtros para pesquisa de informações sobre contratações públicas, contendo, no mínimo, os seguintes parâmetros: ano, órgão, modalidade, número, situação e objeto?	Não consta no Acórdão 442/2016.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	14.2. O Portal Transparência disponibiliza informação atualizada e detalhada sobre os itens que compõem a ata de registro de preços, contendo, no mínimo: a especificação do item, os quantitativos previstos, a unidade de fornecimento, o valor unitário, o valor total, o quantitativo consumido e o respectivo saldo?	Não consta no Acórdão 442/2016.



CRITÉRIO	QUESTÃO (NÃO SE APLICA)	JUSTIFICATIVA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	14.3. O Portal Transparência disponibiliza os documentos referentes às atas de registro de preços, contendo, no mínimo: a ata de registro de preços, as solicitações de consumo, as solicitações de adesão e as respostas às solicitações de adesão?	Não consta no Acórdão 442/2016.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	14.4. O Portal Transparência disponibiliza opções de filtros para pesquisa de informações sobre atas de registro de preços, contendo, no mínimo, os seguintes parâmetros: ano, vigência, órgão, número, empresa e objeto?	Não consta no Acórdão 442/2016.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	14.5. O Portal Transparência possibilita a gravação das informações sobre atas de registro de preços em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis, de modo a facilitar a análise das informações?	Não consta no Acórdão 442/2016.
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	15.3. O Portal Transparência disponibiliza opções de filtros para pesquisa de informações sobre contratos administrativos, contendo, no mínimo, os seguintes parâmetros: nome do contratado, órgão contratante, objeto contratual, tipo de contrato e período de vigência?	Não consta no Acórdão 442/2016.
GESTÃO DE PESSOAS	17.1. O Portal Transparência disponibiliza a legislação atualizada e consolidada sobre o regime jurídico dos servidores públicos, bem como os regulamentos e instrumentos normativos concernentes à gestão de pessoas?	Não consta no Acórdão 442/2016.
GESTÃO DE PESSOAS	17.3. O Portal Transparência disponibiliza relação atualizada dos servidores efetivos, comissionados, contratados e membros (nos casos em que couber), contendo as seguintes informações: nome do servidor, matrícula funcional, natureza do vínculo, cargo/função/emprego, ato de nomeação, data da posse, unidade de lotação/exercício?	Não consta no Acórdão 442/2016.
GESTÃO DE PESSOAS	17.4. O Portal Transparência disponibiliza relação atualizada dos aposentados e pensionistas, contendo as seguintes informações: nome do beneficiário, tipo de benefício, ato de concessão, data da concessão, valor dos proventos, número do processo de registro no Tribunal e número da decisão do Tribunal que concedeu o registro?	Não consta no Acórdão 442/2016.



CRITÉRIO	QUESTÃO (NÃO SE APLICA)	JUSTIFICATIVA
GESTÃO DE PESSOAS	17.5. O Portal Transparência disponibiliza o contracheque do pessoal ativo e inativo, contendo a remuneração detalhada do servidor com todas as rubricas, com opção de consulta por ano, por mês, por tipo de vínculo, por parte do nome do servidor e por unidade de lotação/exercício?	Não consta no Acórdão 442/2016.
GESTÃO DE PESSOAS	17.6. O Portal Transparência disponibiliza, por mês, a relação do pessoal ativo (efetivos, comissionados e membros) que compõe a respectiva folha de pagamento, com informações detalhadas sobre remuneração e descontos, incluindo todas as vantagens de natureza remuneratória e indenizatória?	Não consta no Acórdão 442/2016.
GESTÃO DE PESSOAS	17.7. O Portal Transparência disponibiliza, por mês, a relação do pessoal inativo que compõe a respectiva folha de pagamento, com informações detalhadas sobre os proventos e os descontos lançados na folha?	Não consta no Acórdão 442/2016.
GESTÃO DE PESSOAS	17.12. O Portal Transparência disponibiliza, por mês, relação atualizada dos servidores ativos em férias, licenças e demais afastamentos legais, com especificação do período e do motivo do afastamento?	Não consta no Acórdão 442/2016.
FROTA	18.1. O Portal Transparência disponibiliza relação da frota de veículos e maquinários, próprios ou alugados, contendo, no mínimo: a especificação, a marca e modelo, o ano de fabricação, a placa e o setor responsável pelo uso e guarda?	Não consta no Acórdão 442/2016.
PATRIMÔNIO	18.1. O Portal Transparência disponibiliza relação atualizada dos bens móveis e imóveis (ativo imobilizado), próprios ou alugados, contendo, no mínimo: a especificação do bem, o número patrimonial, o número da matrícula, o valor de aquisição, o valor atual, a data de aquisição e a unidade responsável pelo uso e guarda?	Não consta no Acórdão 442/2016.
FROTA	18.2. O Portal Transparência disponibiliza informações detalhadas sobre o abastecimento da frota, própria ou alugada, por meio de empresa contatada ou reservatório próprio, contendo, no mínimo: a especificação do veículo, o número do documento de abastecimento, a data do abastecimento, o motorista responsável, a quilometragem do veículo e a empresa ou o reservatório que promoveu o abastecimento?	Não consta no Acórdão 442/2016.



CRITÉRIO	QUESTÃO (NÃO SE APLICA)	JUSTIFICATIVA
PATRIMÔNIO	18.2. O Portal Transparência disponibiliza relação dos bens móveis ou imóveis transferidos a terceiros por meio de alienação, permuta, doação ou cessão de uso, contendo, no mínimo: a especificação do bem, o número patrimonial, o número da matrícula, o valor de aquisição, o valor atual, a data de aquisição, a entidade beneficiada, o ato de transferência e a autorização legislativa?	Não consta no Acórdão 442/2016.
FROTA	18.3. O Portal Transparência disponibiliza informações sobre o custo mensal de abastecimento e manutenção da frota, própria ou alugada, por meio de empresa contatada ou serviço próprio de abastecimento e manutenção, contendo, no mínimo: a especificação do veículo, o custo mensal com manutenção, o custo mensal com abastecimento, a quilometragem percorrida, a autonomia e o custo total por bem?	Não consta no Acórdão 442/2016.
PATRIMÔNIO	18.3. O Portal Transparência disponibiliza opções de filtros para pesquisa de informações sobre bens móveis e imóveis, contendo, no mínimo, os seguintes parâmetros: por bens próprios ou alugados, por setor e por período de aquisição?	Não consta no Acórdão 442/2016.
FROTA	18.4. O Portal Transparência disponibiliza opções de filtros para pesquisa de informações sobre a frota de veículos e maquinários, o abastecimento da frota e o custo mensal da frota, contendo, no mínimo, os seguintes parâmetros: por bens próprios ou alugados, por veículo ou maquinário, por setor e por período?	Não consta no Acórdão 442/2016.
PATRIMÔNIO	18.4. O Portal Transparência possibilita a gravação das informações sobre bens móveis e imóveis em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis, de modo a facilitar a análise das informações?	Não consta no Acórdão 442/2016.
FROTA	18.5. O Portal Transparência possibilita a gravação das informações sobre frotas em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis, de modo a facilitar a análise das informações?	Não consta no Acórdão 442/2016.
CONTROLE INTERNO	19.1. O Portal Transparência disponibiliza a legislação de implantação do Sistema de Controle Interno?	Não consta no Acórdão 442/2016.



CRITÉRIO	QUESTÃO (NÃO SE APLICA)	JUSTIFICATIVA
CONTROLE INTERNO	19.2. O Portal Transparência disponibiliza as Normativas dos Sistemas de Controle Interno?	Não consta no Acórdão 442/2016.
CONTROLE INTERNO	19.3. O Portal Transparência disponibiliza os Relatórios, Pareceres e Recomendações expedidas pelo Controle Interno?	Não consta no Acórdão 442/2016.
FUNÇÃO LEGISLATIVA	20.2. O Portal Transparência disponibiliza a composição e os atos da Mesa Diretora?	Não consta no Acórdão 442/2016.
FUNÇÃO LEGISLATIVA	20.4. O Portal Transparência disponibiliza os projetos de leis e atos infralegais, bem como as respectivas tramitações.	Não consta no Acórdão 442/2016.
FUNÇÃO LEGISLATIVA	20.5. O Portal Transparência disponibiliza os Projetos por Parlamentar.	Não consta no Acórdão 442/2016.

Quadro 1.3 - LAI - Questões Monitoradas

CRITÉRIO	QUESTÃO MONITORADA	TIPO DE MONITORAMENTO	Nº PROCESSO
QUESTÕES MONITORADAS			
PORTAL TRANSPARÊNCIA	1.3. O Portal Transparência disponibiliza as respostas às perguntas mais frequentes apresentadas pela sociedade?	DECISÃO	145548/2015
PORTAL TRANSPARÊNCIA	1.4. Portal Transparência - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145548/2015
REGULAMENTAÇÃO LAI	2.3. Regulamentação - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145548/2015
OUVIDORIA	3.5. Ouvidoria - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145548/2015
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (e-SIC)	4.7. e-SIC - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145548/2015
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	5.1. O Portal Transparência disponibiliza informações sobre a estrutura organizacional e a forma de contato com as unidades administrativas e os membros do Poder Legislativo: e-mail, telefones, endereço e horário de atendimento ao público?	DECISÃO	145548/2015



CRITÉRIO	QUESTÃO MONITORADA	TIPO DE MONITORAMENTO	Nº PROCESSO
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	5.2. O Portal Transparência disponibiliza a legislação atualizada sobre a estrutura, competências e atribuições dos órgãos do Poder Legislativo?	DECISÃO	145548/2015
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	5.3. Estr.Org - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145548/2015
PRESTAÇÃO DE CONTAS	7.2. O Portal Transparência disponibiliza, por exercício financeiro, todos os anexos do Relatório de Gestão Fiscal, bem como o respectivo comprovante de publicação oficial?	DECISÃO	145548/2015
PRESTAÇÃO DE CONTAS	7.4. Prestação Contas - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145548/2015
DUODÉCIMO	10.3. Duodécimo - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145548/2015
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	11.3. O Portal Transparência disponibiliza informação em nível sintético e analítico da despesa orçamentária por credor - exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários -, com a respectiva opção de pesquisa, contendo o valor empenhado, liquidado e pago?	DECISÃO	145564/2015
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	11.4. O Portal Transparência disponibiliza os empenhos realizados contendo o número, a data, o tipo, o credor - exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários -, a descrição, a unidade orçamentária, a classificação completa da despesa, o valor empenhado, o valor liquidado e o valor pago?	DECISÃO	145548/2015
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	11.9. O Portal Transparência disponibiliza os empenhos realizados com a descrição do bem fornecido ou do serviço prestado?	DECISÃO	145548/2015



CRITÉRIO	QUESTÃO MONITORADA	TIPO DE MONITORAMENTO	Nº PROCESSO
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	11.10. O Portal Transparência possibilita a gravação das informações sobre despesa pública em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis, de modo a facilitar a análise das informações?	DECISÃO	145548/2015
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	11.11. Despesa - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145548/2015
RESTOS A PAGAR	12.6. Restos a Pagar - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145548/2015
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	13.2. O Portal Transparência disponibiliza documentação referente à fase interna de licitações, dispensas, inexigibilidades, credenciamentos e adesões a atas de registro de preços, realizadas ou em andamento, contendo, no mínimo, as seguintes informações: termo de referência ou projeto básico, pareceres técnicos e jurídicos, justificativa da contratação, formação do preço de referência, autorização do gestor, íntegra do instrumento convocatório e de seus anexos e comprovante de publicação?	DECISÃO	145548/2015
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	13.3. O Portal Transparência disponibiliza documentação referente à fase externa de licitações, dispensas, inexigibilidades, credenciamentos e adesões a atas de registro de preços, realizadas ou em andamento, contendo, no mínimo, as seguintes informações: impugnações e recursos, decisões sobre impugnações e recursos, propostas dos licitantes, ata da sessão de habilitação, ata da sessão de julgamento e atos de adjudicação, homologação, revogação ou anulação do certame?	DECISÃO	145548/2015



CRITÉRIO	QUESTÃO MONITORADA	TIPO DE MONITORAMENTO	Nº PROCESSO
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	13.5. O Portal Transparência possibilita a gravação das informações sobre contratações públicas em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis, de modo a facilitar a análise das informações?	DECISÃO	145548/2015
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	13.6. Contratações Públicas - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145548/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	14.1. O Portal Transparência disponibiliza relação atualizada e o detalhamento das atas de registro de preços celebradas, contendo, no mínimo, as seguintes informações: licitação de origem, número da ata, data de início, data de encerramento, situação, nome da empresa, objeto, itens, órgão gerenciador e órgãos participantes?	DECISÃO	145548/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	14.6. Ata Registro Preço - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145548/2015
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	15.1. O Portal Transparência disponibiliza relação atualizada e detalhamento dos contratos administrativos e respectivos termos aditivos, contendo, no mínimo, as seguintes informações: número, data de início, data de encerramento, nome do contratado, órgão contratante, objeto e valor?	DECISÃO	145548/2015
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	15.2. O Portal Transparência disponibiliza os documentos referentes aos contratos administrativos, contendo, no mínimo: a íntegra do contrato e de seus anexos, a íntegra dos termos aditivos e apostilamentos efetuados, a justificativa da alteração do contrato, o comprovante de publicação, o ato de designação do fiscal e os relatórios do fiscal do contrato?	DECISÃO	145548/2015



CRITÉRIO	QUESTÃO MONITORADA	TIPO DE MONITORAMENTO	Nº PROCESSO
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	15.4. O Portal Transparência possibilita a gravação das informações sobre contratos administrativos em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis, de modo a facilitar a análise das informações?	DECISÃO	145548/2015
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	15.5. Contratos Adm - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145548/2015
GESTÃO DE PESSOAS	17.2. O Portal Transparência disponibiliza a legislação atualizada e consolidada sobre os planos de cargos e salários dos servidores públicos, contendo o padrão remuneratório atualizado dos cargos e funções, com tabela de remuneração?	DECISÃO	145548/2015
GESTÃO DE PESSOAS	17.8. O Portal Transparência disponibiliza, por mês, a relação das diárias concedidas, detalhando o beneficiário, motivo da concessão, quantidade, valores e datas do pagamento?	DECISÃO	145548/2015
GESTÃO DE PESSOAS	17.9. O Portal Transparência disponibiliza os concursos públicos, processos de seleção pública e processos seletivos simplificados, finalizados e em andamento, na íntegra, desde o edital, impugnações, decisões, alterações, provas, resultados das etapas da seleção, atos de nomeação e contratos temporários.	DECISÃO	145548/2015
GESTÃO DE PESSOAS	17.10. O Portal Transparência disponibiliza relação atualizada dos servidores cedidos, com indicação do órgão para o qual foi cedido e se a cessão foi com ou sem ônus, bem como do ato administrativo correspondente?	DECISÃO	145548/2015



CRITÉRIO	QUESTÃO MONITORADA	TIPO DE MONITORAMENTO	Nº PROCESSO
GESTÃO DE PESSOAS	17.11. O Portal Transparência disponibiliza relação atualizada dos servidores recebidos em cessão, com indicação do órgão de origem e se a cessão foi com ou sem ônus, bem como do ato administrativo correspondente?	DECISÃO	145548/2015
GESTÃO DE PESSOAS	17.13. O Portal Transparência possibilita a gravação das informações sobre pessoal em diversos formatos eletrônicos, inclusive editáveis, de modo a facilitar a análise das informações?	DECISÃO	145548/2015
GESTÃO DE PESSOAS	17.14. Gestão Pessoas - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145548/2015
PATRIMÔNIO	18.5. Patrimônio - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145548/2015
FROTA	18.6. Frota - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145548/2015
CONTROLE INTERNO	19.4. Controle Interno - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145548/2015
FUNÇÃO LEGISLATIVA	20.1. O Portal Transparência disponibiliza de forma atualizada e consolidada as Leis e os Atos infralegais, como Resoluções e Decretos?	DECISÃO	145548/2015
FUNÇÃO LEGISLATIVA	20.3. O Portal Transparência disponibiliza o calendário, pautas, atas e planilhas de votação das deliberações em sessões plenárias.	DECISÃO	145548/2015
FUNÇÃO LEGISLATIVA	20.6. O Portal Transparência disponibiliza a lista de presença dos Parlamentares nas sessões e reuniões das comissões?	DECISÃO	145548/2015



CRITÉRIO	QUESTÃO MONITORADA	TIPO DE MONITORAMENTO	Nº PROCESSO
FUNÇÃO LEGISLATIVA	20.7. O Portal Transparência disponibiliza a composição das comissões e o calendário das reuniões com as respectivas pautas?	DECISÃO	145548/2015
FUNÇÃO LEGISLATIVA	20.8. Função Legislativa - Item constante do TAG/Acórdão não contemplado nas opções anteriores.	DECISÃO	145548/2015